

JORNAL DO ENGENHEIRO

Sindicato dos Engenheiros no Estado de Pernambuco

ANO IV -- Nº 8 -- Recife, julho de 1987

Setor elétrico trava luta nacional

Nos dias 21 e 22 de maio último, participamos de uma reunião no Rio de Janeiro — juntamente com outros sindicatos e associações que atuam nas diversas áreas das empresas controladas pela Eletrobrás (Furnas, Chesf, Celpe e Eletrosul) — onde foram discutidas formas de luta unitária dos funcionários dessas empresas, numa iniciativa difícil e pioneira no setor elétrico do país.

Uma próxima reunião foi marcada para discutir pontos comuns a esses trabalhadores e o seu posicionamento, inclusive com a participação de um maior número de entidades sindicais. Todas as questões que serão levantadas nessa reunião estarão reunidas em um documento reivindicatório e outros institucional, que serão entregues ao presidente da Eletrobrás e de cada uma dessas empresas.

PELO CUMPRIMENTO DA LEI

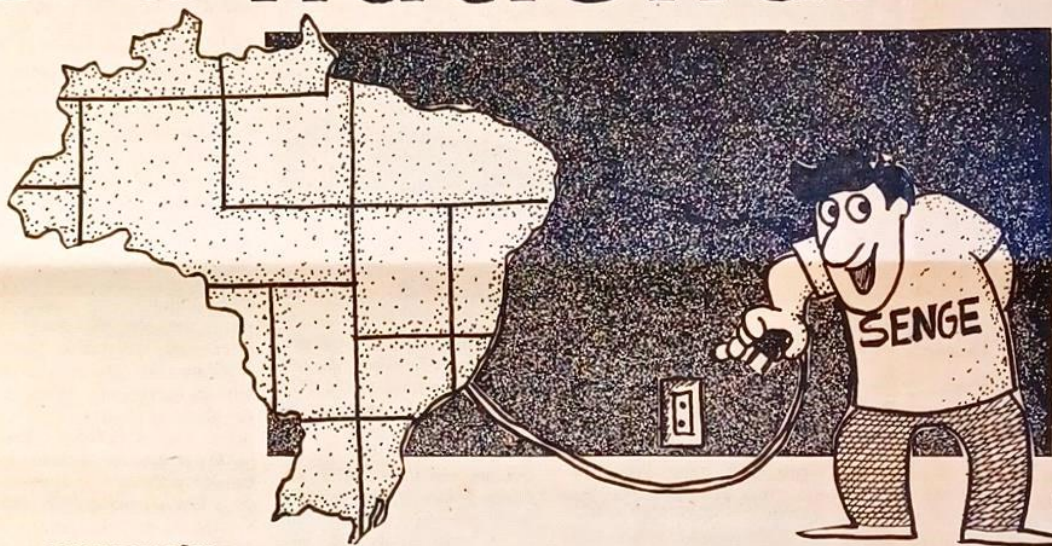
Os engenheiros estão mobilizados pelas seis horas diárias, fim do "salário complexo" e da baixa remuneração. O Senge está lutando em empresas do estado, a favor do cumprimento da Lei 4950. Leia pág. 4 -

QUEBRA DA ISONOMIA

A Nova República — fértil em casuismos na área de política de pessoal — cria uma lei que rompe a paridade salarial entre os engenheiros. Na pág. 3

TELECOMUNICAÇÕES EM QUESTÃO

O monopólio estatal das telecomunicações é uma grande bandeira de luta dos trabalhadores. Para isso, elaboraram uma emenda à Constituinte contra a privatização desses serviços. Leia pág. 4



REIVINDICAÇÕES

No documento reivindicatório, a periculosidade será discutida sob o ponto de vista de que todas as leis que estabelecem esse adicional no salário são mal feitas ou por serem muito abrangentes ou muito restritivas, ou ainda por não estarem de acordo entre si.

Por exemplo, o Decreto Lei nº 93.412, o último a definir esse adicional, era bastante restritivo e não estava de acordo com a Lei nº 7.369 porque ela definia um percentual de adicional exato de 30%, enquanto o Decreto permitia percentuais diferentes.

É aí que reivindicamos estender o percentual de 30% para todos como reposição das perdas salariais e criar uma nova legislação sobre o tema, instituindo seguro para acidentes na área de risco. Também exigimos o pagamento da participa-

ção nos lucros, que era um acréscimo imediato no salário, independente da margem de lucro da empresa estatal e que foi tirada dos seus empregados em 1983 por Delfim Netto (ainda tem gente com saudade dele).

Em relação à aposentadoria, reivindicamos a revisão do processo injusto, usado hoje pelas fundações de assistência nas empresas, porque não aceitamos o fato do empregado receber apenas 70% do seu salário no mês da aposentadoria, quando antecipadamente já tinha pago por isso.

DEMOCRATIZAÇÃO DO SETOR

No documento institucional, exigimos a democratização do setor, buscando uma gestão clara para a sociedade e controle

das mesmas pelo Congresso Nacional, além da efetivação dos empregados nos conselhos de administração e recursos humanos, concursos públicos para admissões e critérios definidos para a escolha de diretores.

Exigimos uma ampla discussão do plano 2.010, que estabelece diretrizes para o setor

elétrico até aquele ano, reivindicamos a absorção dos empregados das firmas prestadoras de serviço que desempenham atividades do setor como se pertencessem a essas empresas e, finalmente, exigimos a definição dos planos de cargos e salários e de carreira.

Greve geral

NO DIA 12 DE AGOSTO
O BRASIL VAI PARAR

O Senge está participando juntamente com a CUT, CGT e outros sindicatos — da organização da Greve Geral do dia 12 de agosto. Incorpore-se a esta luta e mostre que os engenheiros, a grande maioria vivendo de salários, também estão dispostos a unir-se aos outros trabalhadores brasileiros.



Senge: um espaço democrático

Este é o primeiro número do *Jornal do Engenheiro* editado na atual gestão. A falta na periodicidade do jornal, passível de justificadas críticas — uma vez que é fundamental a comunicação da entidade com os seus associados — pode ser explicada a partir das precárias condições financeiras que todo Sindicato pulverizado em várias empresas, como o nosso, enfrenta. Vários problemas dessa natureza, com cobradores e bancos, estão publicados neste exemplar. Felizmente com muito trabalho estamos superando os próximos meses atingindo um nível de receita que nos permita tornar realidade as metas de realizações a que nos propomos.

E não são apenas lamentações que queremos abordar nesta conversa inicial.

Estamos conduzindo e participando de várias lutas de interesse. Os engenheiros, como se pode verificar nas matérias dessa edição. E certamente conduziremos e participaremos de muitas outras que virão. Se o assunto disser respeito somente aos engenheiros, assumiremos a condução da luta. Porém, se a questão for comum a todos os trabalhadores, e existir um Sindicato majoritário, estaremos juntos a apoiá-los no que for possível, inclusive mostrando aos engenheiros a importância de nos unirmos àquela categoria, participando unitariamente da luta.

Temos, também, grande interesse em discutir as questões do conjunto da sociedade brasileira, lutando pela instalação em Pernambuco da refinaria de petróleo, contra a privatização da Embratel, repudiando a intenção de se fazer, com o capital estrangeiro, uma ferrovia ligando a praia do dr. Sarney à fazenda deste senhor, em Golás, debatendo e posicionando quanto ao tempo em que ele pretende ficar à frente dos destinos do País e, finalmente, envolver os engenheiros no jogo de pressões que elaboraram a nova Constituição.

São muitas as metas a que nos propomos, porém grande a esperança que temos de encontrar, na categoria, companheiros dispostos e motivados, além do necessário suporte financeiro. Dentro de uma administração aberta, garantimos um espaço democrático onde cada engenheiro poderá lutar e pôr em prática as suas idéias.

Assessoria jurídica

O *Senge* tem agora um escritório de advocacia, formado por Maurício Randó, Alcides Fernando, Morse Sarmento e Ricardo Estevão, para prestar qualquer tipo de assistência jurídica e trabalhista. Fica na Rua da Aurora, nº 295, Conjunto 401 — Edif. São Cristóvão. O telefone é 221-2494 e os serviços são inteiramente gratuitos.

JORNAL DO ENGENHEIRO

Órgão do Sindicato dos Engenheiros do Estado de Pernambuco — Rua Afonso Pena, 149 — Boa Vista — Fones: 222-2902 / 231-0821 - 50.050 - Recife - PE

DIRETORIA EXECUTIVA: Samuel Costa Filho — presidente; Roberto Luiz de Carvalho Freire — vice-presidente; José Lima de Souza — 1.º diretor secretário; Geraldo da Silva Pimentel Filho — 2.º diretor secretário; Carlos Roberto Aguiar de Brito — 1.º diretor tesoureiro; Newton Pessoa Monteiro — 2.º diretor tesoureiro; Ademilson Ferreira Teles — diretor administrativo; Arlindo Ferreira Teles — Comissão Técnica de imprensa e comunicações; Redação Final/Diagramação/Composição/Ilustrações: Equipe de Comunicação Sindical (ECOS)

Falando de grana

Na gestão passada a diretoria do *Senge* enfrentou sérios problemas com cobradores. Um deles chegou a cobrar na justiça direitos trabalhistas que na verdade não tinha. Quanto à regularização das mensalidades... Para se ter uma idéia, em novembro último apenas 800 colegas estavam quites com suas anuidades. O que, convenhamos, não dá pra segurar.

Para complicar ainda mais a situação, no começo deste ano o Banco Central fechou nossa conta no Banco Econômico — que efetuava nossas cobranças — por se tratar de um banco privado. Entre março e abril conseguimos fechar um acordo com a Caixa Econômica e implementamos o desconto em folha. Essa iniciativa começou pelas empresas onde existe maior concentração de engenheiros — Chesf, Celpe, Compesa, Telpe e DER. Recentemente enviamos cartas aos colegas destas empresas apresentando duas opções de pagamento. As respostas têm sido animadoras graças à solução do desconto em folha, o que nos anima a estendê-la ao maior número de empresas que for possível.

A partir de agora a cobrança será rigorosamente enviada aos engenheiros que, esperamos, retribuem com o pagamento em dia para mantermos o *Senge* forte e atuante.

ASSINE O INFORME SINDICAL



O INFORME SINDICAL publicação da ECOS (Equipe de Comunicação Sindical) — é o único jornal que noticia semanalmente os fatos mais importantes do movimento sindical

Assinatura semestral: Cz\$ 200,00

Faça pessoalmente ou por carta endereçada à ECOS Av. Gov. Carlos de Lima Cavalcanti, 168 — 50.070 Derby — Recife - PE Fone: 221-1168

Intersindical

Três anos de luta



A Intersindical é uma articulação de sindicatos e associações, cuja existência é consequência da inoperância da APSE (Associação Pernambucana de Servidores do Estado) na defesa das reivindicações da categoria. Uma das tarefas da Intersindical é extinguir-se no momento em que a APSE representar fielmente os anseios dos servidores.

Há cerca de três anos a Intersindical empreendeu um movimento pela conquista dos pisos e reposições salariais dos servidores de nível universitário. A luta foi encabeçada, na época, por alguns sindicatos de profissionais liberais, inclusive o *Senge*. Aos poucos foi surgindo, no entanto, a necessidade de estender a luta ao conjunto de toda a categoria primeiro porque a APSE se manteve ausente e segundo porque os servidores em geral — com exceção dos profissionais liberais — não podiam filiar-se a sindicatos.

Hoja a Intersindical é coordenada por seis sindicatos e 15 associações. Algumas vitórias importantes foram conseguidas nesses três anos de existência, apesar de não terem sido mantidas. Entre elas, está o piso salarial de 6 a 8,5 salários mínimos para os profissionais de nível superior da administração direta ou indireta, reposição salarial com correção monetária, participação nos planos de cargos e salários e estabelecimento de data base para reajuste de todo o funcionalismo.

A Apenope (Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco) sempre participou desta luta. Quando o governador Miguel Arraes assumiu o governo, porém, a associação entrou em divergência quanto

a posição de iniciar uma greve ou não durante esse período. E, infelizmente, depois disso, afastou-se da luta.

Foi a partir de uma assembleia geral que surgiu esse "racha", já que os professores haviam optado pela greve, ao mesmo tempo em que algumas associações como Fidem, Fiam, Condepe e IPA haviam optado por um diálogo inicial e greve como último recurso.

O mais grave de tudo isso é que, por essa divergência de encaminhamento da luta, a Intersindical foi acusada de pelega pela Apenope, causando outro longo e polêmico debate. Basta ver que a palavra pelega foi usada contra nós por certos parlamentares e, até em um exercício de futurologia, pelo Dr. Gustavo Krause antes de deixar o governo. O objetivo era o de desestabilizar a Intersindical pelo potencial que ela representa e, principalmente, pelo que poderá representar no futuro.

A Intersindical, por outro lado, cumpriu plenamente seu objetivo. Continuamos negociando com o governo e no dia 9 do mês passado até chegamos a paralisar o estado por 24 horas. Mostramos ao governo, portanto, a disposição dos servidores em luta por seus direitos.

A meta agora é obter a reposição das perdas causadas pelo não disparo dos gatilhos, ainda maior na administração direta. A decisão da assembleia no dia 1.º de julho foi a de defender este direito na justiça. Esperamos, dessa forma, que o governo tenha, no atendimento aos nossos pleitos a mesma sensibilidade que tivemos ao entender que era necessário dar um prazo, para que ele se organizasse.

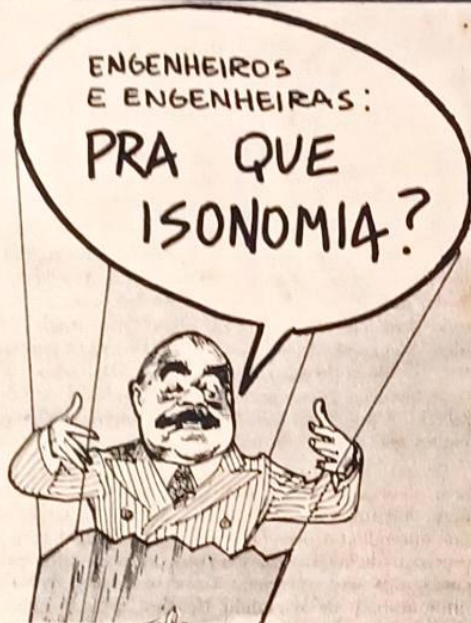
Lei beneficia apenas engenheiros agrônomos

No dia 18 de maio último, o Diário Oficial publicou a Lei 7.600, que foi decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente da República no dia 15 do mesmo mês. Essa Lei concede gratificação aos servidores da União, integrantes da categoria funcional de engenheiro agrônomo, variando entre 95 e 120%, incidentes sobre o salário da referência em que estiver posicionado o servidor. Também não interfere com a percepção de outras vantagens e se incorpora aos proventos da aposentadoria.

A Lei 7.600 foi resultado da iniciativa do poder executivo e foi proposta ao presidente pelos ministros da Agricultura e da Administração, através da Exposição de Motivos nº 19 de 10 de abril deste ano. O propósito era o de atender ao princípio de isonomia e de assegurar, ao mesmo tempo, o equilíbrio necessário entre salário e encargos dos veterinários e agrônomos. Essa medida corrigiria a distorção salarial existente entre essas categorias.

QUEBRA DA ISONOMIA

Por seu caráter restritivo, no entanto, ela acabou estabelecen-



do nova e injustificável quebra de isonomia, já que rompeu a paridade salarial, até então vigente para todos os profissionais de engenharia, em todos os órgãos da administração direta e indireta da União.

Trata-se, portanto, de fato inédito nos anais do serviço público federal, pelo menos no último quarto de século, que

abrange o período da chamada "Velha República", tão fértil em casuísmos na área da política de pessoal. Desso período não se tem notícia de dispositivo legal que discriminasse servidores de uma mesma categoria. Queremos, todavia, deixar claro que não somos contra conquistas dos engenheiros a-

grônomos. Só achamos injustificável que seja ferido o princípio de isonomia.

Temos perfeita consciência de que a correção das distorções que vieram sendo acumuladas ao longo das últimas décadas, nessa área da administração federal, somente poderá ser conseguida através da edição do novo estatuto do servidor público, bem como da atualização do plano de classificação de cargos. São eles que promoverão, entre outras conquistas importantes, a vigência efetiva das regras da isonomia e de hierarquia basilares para o funcionamento equilibrado da administração civil.

Embasados nos mesmos argumentos colocados na Exposição de Motivos dos ministros da Agricultura e Administração, ou seja, obediência ao princípio de isonomia e restabelecimento do equilíbrio entre cargos e salários, estamos reivindicando das autoridades competentes a extensão dos benefícios da Lei 7.600 a todos os servidores da União, integrantes do grupo de outras atividades de nível superior, cujas profissões sejam regulamentadas e fiscalizadas pelos conselhos federal e regional de engenharia, arquitetura e agronomia.

APEE tem nova direção

Em eleição realizada no dia 26 de maio foi eleito a nova diretoria da Associação Profissional dos Engenheiros Eletricistas de Pernambuco constituída pelos seguintes engenheiros: Ricardo Cavalcante Furtado (presidente), José de Araújo Pereira Filho (vice-presidente), João Orlando Viana Dutra (primeiro secretário), Maurício Paes Barreto Mafra (segundo secretário), Macário Andrade de Moraes (primeiro tesoureiro), Sérgio Roberto B. de Deus Melo (segundo tesoureiro), José Maurício de Barros Bezerra (diretor de valorização profissional), Antonio de Pádua Moura Veras Bezerra (primeiro suplente), Gesildo Serralva Rodrigues (segundo suplente), Caio Márcio do Rego Cavalcanti, Manuel da Cruz Bezerra Filho e Aluisio Malufe Ribeiro Júnior (conselheiros fiscais titulares) e Jorge Luiz Gomes Albuquerque (suplente do conselho fiscal).

Compareceram ao pleito 90 votantes. A chapa única obteve 89 votos e houve um voto em branco. Logo após a apuração dos votos foi dada posse à nova diretoria que pretende, na sua gestão, ampliar o número de sócios e dinamizar ainda mais a participação da APEE nas grandes questões da engenharia e na discussão dos problemas nacionais.

Piso salarial

Mesmo com o clima de insegurança geral, causado pela situação política e econômica do país, permanece em vigor a Lei 4950 de 22 de abril de 1966, em combinação com o artigo 32 da Lei 5194 de 24 de dezem-

bro de 1966, estabelecendo os seguintes salários para a nossa categoria: quem trabalha 6, 7, 8 ou 9 horas diárias recebe respectivamente, a remuneração mínima mensal de 6; 7, 25; 8,50 e 9.75 salários mínimos.

Avançar no Sinttel

No dia 18 de junho foi escolhida a nova diretoria do Sinttel (Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações). Será através da democracia exercida pelas bases, com reuniões do conselho de base e das assembleias que a chapa vencedora — "Avançar" — pretende organizar os telefônicos de Pernambuco.

Entre os novos diretores do Sinttel, dois são engenheiros: Reinaldo Moreira de Melo, ex-diretor da associação dos engenheiros eletricitistas de Pernam-

buco e Alfredo Machado Gomes de Matos.

Foram criadas oito novas diretorias no Sindicato. Entre elas citamos a diretoria de formação sindical — que cuidará do crescimento político da categoria; a diretoria de ciências e tecnologia — que cuidará dos avanços tecnológicos do setor; divulgação e imprensa; e relações sindicais — que cuidará prioritariamente da organização da Central Única dos Trabalhadores.

Exercício profissional

Mulheres lutam pela igualdade

O Simpósio sobre o Trabalho da Mulher na área tecnológica aconteceu nos dias 25 a 27 de março último, na sede do Confea, em Brasília. O evento contou com a participação de profissionais de todo o país, inclusive a nossa delegação, composta por Elizabeth Marinho — da equipe de trabalho, Fátima Lúcia — representante da equipe estadual, Joseline Campos Tenório — representante do CREA (Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia) e Maria de Fátima — representando o Sindicato dos Engenheiros.

A questão da mulher foi tratada nos painéis sobre a sua relação com o trabalho em geral e especialmente na área tecnológica, na Constituinte, na cultura e na Constituição, além de

uma discussão sobre a sua própria condição feminina. E elas não perderam a oportunidade de fazer suas reivindicações,

ao Confes (Confederação Nacional dos Profissionais Liberais) o encargo de fiscalizar, através de uma comissão de es-

Participantes do Simpósio realizado em Brasília



que não foram restritas apenas à área tecnológica. Estenderam-se também para os aspectos mais gerais da mulher trabalhadora e às brasileiras de todas as classes sócio-culturais.

No trabalho do setor tecnológico, vinculado ao sistema CREA/Confea, especificamente, as participantes propuseram

tudo, o direito de igualdade no exercício profissional, estando também assessorado pela "Equipe de Trabalho sobre a questão da mulher no sistema Confea/ Crea". Essa equipe foi criada em julho de 1986 a nível nacional, mas em Pernambuco ela foi criada só em dezembro desse mesmo ano.

Mobilização pela jornada de seis horas

A Lei 4950-A de 22 de abril do ano passado estabelece que a jornada diária do engenheiro agrônomo, químico, arquiteto ou veterinário é de seis horas e que o piso da categoria para esta jornada é de seis salários mínimos. No parágrafo 6º, a lei estabelece ainda que as horas excedentes deverão ser pagas com 25% de adicional, discriminada nos contratos de trabalho ou contra-cheques dos engenheiros.

O problema é que mesmo as empresas que pagam mais do que o salário mínimo exigido por lei, o fazem de forma englobada, caracterizando o que a lei chama de "salário compressivo".

É por esse motivo e mais o baixo nível de salário da categoria sendo 90% da assalari-



da, que começou uma mobilização em torno de cumprimento desta lei. Hoje já existem na justiça processos de engenheiros do Piauí, Pará, Rio Grande do Norte e Ceará. Em alguns casos, estes processos já tiveram até ganho de causa em nosso favor e também algumas empresas recorreram ao TST de Brasília.

LUTA POR EMPRESAS

Aqui em Pernambuco, o nosso Senge está levando essa luta por empresas desde o ano passado. Na Celpe, a primeira reunião aconteceu ainda na gestão passada. Esse ano, no dia 25 de maio, o assunto foi retomado, quando os engenheiros encaminharam um ofício à diretoria da Celpe. No dia 9 do mês seguinte, no entanto, o pleito

foi negado aos engenheiros e, logo após essa resposta negativa, a categoria reunida em assembleia decidiu entrar com processo na justiça contra a empresa, exigindo o cumprimento da lei.

Na Telpe este movimento também começou no ano passado. Mas somente a partir de maio deste ano é que ele ficou fortalecido. Três assembleias já foram realizadas, com apoio do Sinttel e a presença de cerca de 50 pessoas por assembleia, numa empresa que possui 108 engenheiros. O presidente da Telpe enviou diretores para resolver o problema na Telebrás. Os engenheiros decidiram entrar na justiça também.

Tanto na Telpe como na Celpe, os engenheiros já consultaram a Delegacia Regional do Trabalho (DRT) sobre a legitimidade do nosso pleito, com envios de contra cheques. Nos dois casos, a DRT respondeu favoravelmente, reconhecendo a existência do "salário compressivo".

Por outro lado, na Chesf a luta ainda está no início. Aconteceu apenas uma reunião com a categoria, que decidiu encaminhar suas reivindicações à diretoria da empresa e também consultar a DRT. E na RFFSA, os engenheiros decidiram não mais consultar a Delegacia Regional. Como nessa empresa, existe associações em todos os estados e inclusive uma federação, resolveram marcar uma reunião em Recife para discutir o assunto.

No dia 16 de junho esta reunião foi realizada no Metrorec, com a participação dos engenheiros do metrô. Ficou decidido que o Senge coordenaria o processo e que o presidente da associação dos funcionários da RFFSA levaria o problema à direção da empresa. Um prazo seria estipulado para que a resposta fosse enviada e avaliada em assembleia. A disposição dos engenheiros de entrar na justiça, caso a resposta fosse negativa, ficou sempre clara nas duas empresas.

Entre nesta luta, procure o Senge.

Telecomunicações

Monopólio estatal ameaçado

Os trabalhadores em telecomunicações de todo o país estão retomando um intenso processo de mobilização para garantir o monopólio estatal do setor. No dia 12 de junho o Sinttel (Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações) e a AEBT-RC (Associação dos Empregados da Embratel no Recife) promoveram um debate sobre a questão da privatização versus monopólio, que contou com a presença de Ivan Maurício — presidente do PSB, Paulo Eduardo Gomes — presidente da Associação dos Empregados da Embratel do Rio de Janeiro, Jorge Bittar — vice-presidente da FNE e Daniel Herz, jornalista gaúcho que na ocasião lançou o livro "A história secreta da rede Globo".

Desde 1985 que alguns setores da iniciativa privada, "testas-de-ferro" das empresas transnacionais, vêm tentando quebrar o monopólio estatal, investindo principalmente na Embratel. Segundo alguns diretores do Sinttel e da AEBT-RC essas investidas privatizantes contam com o apoio de diver-

sos dirigentes de empresas de telecomunicações. O secretário geral do ministério das comunicações, Rômulo Villar, por exemplo, é apontado pelas lideranças sindicais como sendo o principal agente desta estratégia entreguista.

OS TRABALHADORES REAGEM

Como há dois anos os trabalhadores reagiram com firmeza à tentativa de privatizar os setores mais rentáveis da Embratel, foi ela temporariamente "arquivada". Hoje, no entanto, este movimento privatizante volta a atacar em três frentes. Uma delas é a política tarifária que privilegia descaradamente os grandes monopólios privados. Os maiores usuários das redes de transmissão de dados, por exemplo, pagam tarifas 10 vezes menores que os pequenos usuários, e as redes de TV conseguem arrecadar o suficiente pra pagar o aluguel de um mês da Brasiltat com apenas um comercial de seis minutos. Além disso tudo, os investimentos do

setor caíram tanto que os sistemas de telecomunicações não atendem mais às necessidades da população. Basta ver que o sistema telefônico anda hoje completamente congestionado.

A segunda frente é a ofensiva que alguns dirigentes de estatais, entre eles Cleofas Ismael de Medeiros Uehoa, vice-presi-

tem rendido bons frutos às multinacionais que desejam investir no setor.

Mas, para enfrentar o conjunto de forças reacionárias, que defendem a privatização, os trabalhadores em telecomunicações de todo o país elaboraram uma emenda que propõe o monopólio estatal das teleco-



dente da Embratel, vêm fazendo ao emitir opiniões claramente favoráveis à privatização. Na terceira delas, a Constituinte, estão sendo derramados alguns milhões de cruzados numa forma de pressão cujo nome é "lobby", que já foi organizado antes das eleições e agora, durante a elaboração da Constituição. Atualmente o "lobby"

municicações e postaltelegráfico, que será posta em votação no plenário da Constituinte. A meta dos trabalhadores é conseguir mais de 300 mil assinaturas em apoio ao projeto. Segundo alguns sindicalistas de Pernambuco, a proposta é de envolver, nessas assinaturas, todos os segmentos organizados da sociedade brasileira favoráveis ao monopólio estatal do setor.

JORNAL DO ENGENHEIRO

Órgão Oficial do Sindicato dos Engenheiros do Estado de Pernambuco.

ENDEREÇO:

Rua Afonso Pena, 149
50.050 — Recife - PE.

PORTE PAGO
DR/PE
ISR-65-123/84

IMPRESSO

